

Itinerários de Minas: representação espacial e visão corográfica na obra de Raimundo José da Cunha Matos

Minas' guidebooks: spacial representation and chorographical view in Raimundo José da Cunha Matos' work

Pérola Maria Goldfeder e Castro*

Resumo

Este artigo trata das representações espaciais do Império brasileiro feitas sob a perspectiva do olhar corográfico. Por meio da análise de algumas obras de Raimundo José da Cunha Matos, militar expedicionário que descreveu as paisagens de Minas Gerais entre os anos 1830 e 1850, buscamos analisar como diferentes transformações no mosaico imperial influíram na maneira de se enxergar o território e distinguir suas partes. Ao final dessa exposição, a ideia principal que se esboça é a de que conhecimento sobre o território é, indissociavelmente, produção dele mesmo.

Palavras-chave: Representação espacial. Olhar corográfico. Política imperial.

Abstract

This paper is about spacial representations of the Brazilian Empire under chorographical perspective. In analysing some writings attributed to Raimundo José da Cunha Matos, a expeditionary soldier who describes Minas Gerais' landscape between 1830 and 1850 decades, we aim understand how the transformations in brazilian imperial mosaic had affected the ways of recognizing territory and their parts. At least, the main idea exposes that knowing the territories is inseparably producing then.

Keywords: Spacial representation. Chorographical perspective. Imperial politics.

A emergência do Estado imperial brasileiro durante a primeira metade do século XIX foi um fenômeno que não coincidiu completamente com a consolidação de uma identidade política propriamente nacional. Nos anos posteriores à Independência, o Brasil ainda figurava no concerto das nações como uma construção política recente que ainda não era depositária de qualquer tipo de adesão patriótica por parte de seus habitantes. Para agravar o quadro, nas províncias que compunham o novo arranjo institucional, o território encontrava-se fragmentado num sem número de identidades regionais, muitas delas díspares entre si e refratárias às iniciativas de uniformização.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo (USP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: perolagold@yahoo.com.br.

Como ocorreu, então, o estabelecimento de certos vínculos políticos nacionais de maneira que tenha sido possível a montagem de um mosaico, mesmo que imperfeito, do Império do Brasil? Nossa proposta neste artigo é estudar os aspectos históricos desse fenômeno relacionados ao conhecimento, representação e produção do espaço.

O espaço pode ser concebido como a unidade elementar sobre a qual se estruturam categoriais de organização mais amplas e sofisticadas, como região, território, estado, país etc. Sua identidade é definida, entre outros fatores, pelo embate entre os limites naturais e culturais que o compõem.

Sabemos que a pesquisa histórica não incide sobre o espaço *per se*, mas sobre a história das apropriações, transformações e representações que as sociedades fazem dele ao longo dos séculos. Ademais, a autonomia entre os espaços físico, social e mental não se dá por uma separação rígida entre essas instâncias, havendo possibilidade de diálogo entre elas.

Por serem construções históricas, as representações fornecem aos homens subsídios interpretativos para a apreensão do real, fundamentando valores e instituições normativas. Complementando essa definição, acreditamos que todas as representações espaciais, desde o *mapa mundi* até a planta de uma habitação, possuem uma dimensão política, visto que visam enquadrar determinado espaço a diferentes dinâmicas de poder.

Outra característica importante das representações espaciais é que elas são construções coletivas: mesmo que a autoria de um mapa seja atribuída a uma pessoa apenas, essas representações estão relacionadas a tradições literárias, convenções gráficas, perspectivas científicas e projetos políticos que transcendem a produção individual. Sendo assim, passamos a analisar o conteúdo dos trabalhos de Raimundo da Cunha Matos relativo a Minas Gerais, inseridos no contexto mais amplo de produção corográfica oitocentista.

Raimundo da Cunha Matos e seu Itinerário: relato da experiência

Com a criação da Capitania de Minas Gerais, em 1720, o espaço, outrora indefinido das Minas do Ouro, transformou-se progressivamente em território institucionalizado. Desde então, por iniciativa da administração metropolitana, diferentes modalidades de representação do território mineiro foram elaboradas de maneira mais ou menos sistemática, como forma de conhecer essa região. Essa prática atravessou o período colonial, estendendo-se até as primeiras décadas do século XIX.

No conjunto de estudos sobre o território nacional no Oitocentos, são destaque as obras **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás** (1836) e **Corografia Histórica da Província de Minas Gerais** (1837), ambas de autoria de Raimundo José da Cunha Matos¹. Em suas viagens, esse militar foi capaz de conciliar atividades estratégicas e geodésicas, provendo o governo de informações sobre os pontos por onde passou.

Nem somente europeu, nem apenas brasileiro, Cunha Matos não fazia distinção entre as duas condições, considerando-se pertencente a ambas: “Eu sou Europeu tão honrado como o melhor homem nascido em Portugal: sou Brasileiro, e de sentimentos tão puros como o melhor Português nascido no Brasil: não faço distinção entre um, e outro Reino.” (MATOS, 1822, p. 11). Talvez em função dessa dupla identidade, a perspectiva desse militar diante da paisagem sertaneja tenha oscilado entre o estranhamento próprio do estrangeiro e o reconhecimento de características comuns ao contexto luso-brasileiro.

De fato, era com olhos de quem via o interior do Brasil pela primeira vez que Cunha Matos empreendeu a jornada que o levaria a compor o Itinerário: encarregado de assumir o cargo de governador de armas da província de Goiás, ele saiu da Corte em 9 de abril de 1823, adentrou Minas Gerais no dia 23 do mesmo mês, tendo alcançado as fronteiras goianas no dia 28 de maio do mesmo ano.

Dois anos depois, em março de 1825, retornou ao Rio de Janeiro por meio de uma rota semelhante à traçada em sua ida para Goiás. De regresso à província goiana, no mesmo ano de 1825, atravessou o território mineiro no período de 28 de maio a 30 de junho. Seu retorno definitivo ao Rio de Janeiro somente se deu em 1826.²

De acordo com Cunha Matos, poucos eram os itinerários que tratavam especificamente do Brasil. Tendo em vista preencher essa carência de conhecimento, ele oferecia o Itinerário ao público, tratando de diferenciá-lo dos demais inventários corográficos produzidos até então:

¹ Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839), militar português, iniciou sua carreira como cabo de esquadra, tendo embarcado como furriel de artilharia de marinha para as ilhas de São Tomé e Príncipe, onde permaneceu cerca de nove anos. Em 1814, vindo ao Rio de Janeiro, foi promovido a coronel. Na esfera política, foi deputado pela província de Goiás, tendo sido um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Foi, também, sócio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). Além das obras em análise, compôs: **Corografia histórica das Ilhas de S. Thomé, Príncipe, Ano-Bom e Fernando** (1815) e **Corografia Histórica da Província de Goiás** (1874).

² Lembremos que os caminhos que levavam a Minas serviam de passagem obrigatória para o interior do Brasil. Sendo assim, o processo de conhecimento das regiões mineiras deu-se em concomitância com a circulação de produtos, animais e pessoas pelo território nacional.

O meu Itinerário não é uma simples carta de nomes, nem uma coleção fastidiosa de algarismos! Sem perder de vista a série sucessiva dos tempos e dos lugares, eu apresento detalhes e informações, que interessam na parte científica e temperam a aridez própria dos símplies roteiros. A maior parte do que escrevo foi por mim visto e examinado: fadigas extraordinárias, perigos iminentes são a moeda que me custou esta minha obra; não afianço a perfeição dela, porque na mesma França e Inglaterra não há perfeição absoluta em matérias geográficas; eu fiz quanto pude, e ainda mais o faria se tivesse quem me auxiliasse. (MATOS, 2004, p. II).

Essa passagem fornece-nos indícios sobre o método de representação adotado por Cunha Matos, além de nos revelar como esse militar inscrevia sua obra na tradição corográfica de que era tributário: em sua opinião, o Itinerário não era uma simples relação de nomes e algarismos; também não era obra perfeita, uma vez que nem os geógrafos dos países mais civilizados da Europa haviam conseguido alcançar perfeição em seus trabalhos. Era sua capacidade de inserir detalhes e informações ao corpo do inventário que tornava o Itinerário digno de interesse, temperando a aridez dos “símplies roteiros”.

Cunha Matos afirma que sua obra rendera-lhe muitas fadigas e perigos, aos quais ele esteve à mercê durante a viagem. Associando ambiente e emoção, o autor cingia o Itinerário de maior valor e credibilidade. Ele também acreditava que a experiência adquirida nas sucessivas viagens pelo interior do Brasil habilitava-o a servir de guia para outros viajantes:

As pessoas que por acaso lerem este meu Itinerário reconhecerão pelas primeiras linhas que eu escrevi muito concisamente acerca do terreno que ficava debaixo dos meus olhos, o que vem a ser o mesmo que constituir-me guia de qualquer indivíduo que der os mesmos passos, e transitar pelo mesmo caminho que eu segui durante a minha jornada (MATOS, 2004, p. II).

Outros procedimentos que balizam o método de Cunha Matos são a preocupação com a exatidão das informações e a busca pela precisão no deslocamento pelas coordenadas de tempo e espaço. No intuito de facilitar a marcação passo a passo de seu trajeto, ele chegou a estabelecer algumas convenções de medidas:

Eu reputo a andadura de um cavalo em estrada igual a 1 légua por hora; a das bestas carregadas de oito arrobas nos primeiros dias da jornada em légua e ½ por hora, metendo em linha de conta os morros que se descem e sobem; pois que sendo em tempo seco andam mais do que no de chuvas, em que a todos os instantes escorregam e desapertam-se-lhes as sobrecargas. As bestas carregadas de oito ou mais arrobas vencem 1 légua de caminho em 2 horas, depois de passarem os primeiros dias de marcha, sobretudo quando começam a pisar-se ou apalpar-se (em fase de arrieiro), ou quando se ferem, ou finalmente quando viajam em tempo de chuva, que muito as incomoda, e arruína os arreios em poucos dias (MATOS, 2004, p. 27).

Para que o Itinerário pudesse servir de prospecto a outras viagens, era preciso que a visão corográfica fosse uniformizada de acordo com coordenadas espaço-temporais que, nesse caso, eram sinalizadas em léguas pelos passos de animais de carga e montaria. Aos olhos atentos do militar, não escapavam condições topográficas, climáticas, pluviométricas, além do volume do carregamento e comportamento dos animais. Nos excertos abaixo, percebemos o cuidado de Cunha Matos em anotar essas e outras variáveis de medida:

Saí do Registro às 2 horas e $\frac{3}{4}$ da tarde; às 3 horas cheguei ao ribeirão Negro, que entra na Paraibuna, e às 3 horas e meia apeei-me no rancho de D. Francisca contíguo ao rio. O dia esteve claro: ao meio dia o termômetro apontava 74°, e às 8 horas da noite, 66°. Os caminhos não são maus: à esquerda fica a imensa mata dos rios Preto e Paraibuna, e à direita morros cobertos de mato virgem. Na fazenda do Pita e outras, vi plantações de milho, feijão, cana e café (MATOS, 2004, p. 17).

Durante a minha marcha de hoje, sendo 9 horas e meia, escureceu repentinamente a atmosfera, e soprou vento rijo sudoeste com alguns aguaceiros que duraram meia hora. Passados eles, ficou o tempo claro. Às 7 horas da tarde ouvi trovões a oeste, para cujo lado saltou o vento. A chuva obrigou-me a entrar em uma pequena casa na borda da estrada, onde me demorei 25 minutos (MATOS, 2004, p. 31).

Às 4 horas da madrugada, o termômetro em 54° minutos, vento norte rijo. Montei a cavalo às 5 horas e $\frac{3}{4}$, e seguindo a estrada ao rumo de oeste atravessei três pequenos córregos, braços do Santo Antonio e às 6 horas e 35 minutos cheguei a outro córrego em que há uma pequena ponte de lájeas. Às 7 horas e $\frac{1}{4}$ ficava-me à direita, fora da estrada, uma grande casa, e um vasto canavial de açúcar, à esquerda (MATOS, 2004, p. 37).

Todas as descrições diárias do trajeto começavam com o mesmo procedimento: Cunha Matos identificava o horário exato de suas chegadas e saídas, frequentemente apontava as medidas termométricas identificadas ao longo do dia e descrevia a direção dos ventos. Em vários momentos, como na primeira citação, o militar comentava sobre o estado das estradas por onde passava, além de mencionar a existência de ranchos e plantações.

Veza ou outra, como na segunda citação, chuvas torrenciais impediam-no de dar prosseguimento à marcha, obrigando-o a rever seu itinerário e fazer observações quanto ao tempo gasto em abrigos. Além disso, Cunha Matos determinava a localização dos elementos da paisagem³, tendo como referencial seu lugar de espectador, como quando descreve as matas dos rios Preto e Paraibuna, no primeiro excerto citado.

³ Cenas naturais dotadas de valor estético, as paisagens circunscrevem-se antes no domínio da cultura que da natureza, pois são elaboradas pela imaginação que se projeta sobre alguns elementos naturais, selecionando as características típicas de uma região (COSGROVE, 1985).

Com isso, o militar garantia que a pessoa que marchasse de acordo com seu Itinerário haveria de encontrar os mesmos rios, ribeirões, córregos, pontes, ranchos, casas, povoações, montanhas e demais pontos de referência por ele encontrados em sua jornada. Era a paisagem do percurso, que se descortinava multifacetada aos olhos daqueles que dispunham de recursos para apreciá-la. Na sua opinião:

Estas miudezas, mui vantajosas, não aparecem nos Itinerários que tenho visto, [...] e por isso regozijo-me de haver contribuído, ainda que fracamente, para uma empresa que em lugar nenhum é tão interessante como no Império do Brasil (MATOS, 2004, p. 27).

Assim, ao transpor para o texto os detalhes de tudo que via na paisagem, Cunha Matos contribuía com “miudezas mui vantajosas” para o aperfeiçoamento do conhecimento geodésico, empresa que, no Brasil, se investia de especial interesse em razão da diversidade da natureza e da extensão do território nacional.

Como não podia registrar tudo, o militar delegava tarefas a seus subordinados, os quais eram estimulados a realizarem roteiros para depois os incorporarem ao escrito original do Itinerário. Essa obra pode ser caracterizada, portanto, como um empreendimento coletivo, coleção de memórias da qual Cunha Matos era organizador.

A objetividade não invalidava o exercício de apreciação subjetiva da paisagem vislumbrada ao longo do trajeto. Ao descrever o Morro dos Arrepêditos, situado nos arredores de Juiz de Fora, Cunha Matos observa:

Alguns dão a este morro o nome de Bela Vista, e com razão, por se desfrutar daqui um golpe de vista imenso e em extremo agradável àqueles que desejam contemplar as preciosas produções vegetais deste distrito favorecido em grau eminente pela natureza (MATOS, 2004, p. 18).

Em outro momento, ao traçar o caminho do rancho do Juiz de Fora ao do Moreira, ele comenta: “Passei um ribeirão, com ponte arruinada, junto da qual se acha uma grande cruz. Esta posição é agradável.” (MATOS, 2004, p. 19). Nas margens do ribeirão Prepetinga, na divisa da província de Minas com a de Goiás, o militar deixa transparecer sua admiração ao mencionar: “Há aqui uma várzea imensa povoada das mais formosas palmeiras buritis, e um morro de figura mui singular.” (MATOS, 2004, p. 63).

Cunha Matos surpreende-se positivamente, no primeiro exemplo, pelo vasto panorama que o morro Bela Vista proporciona-lhe; no segundo, pelo cenário romântico formado pela cruz junto à ponte em ruínas; e no terceiro, pela singularidade da

topografia e sobrançeria das palmeiras buritis. Concebido como um diário, o Itinerário acabava assim por extrapolar os limites da descrição corográfica, absorvendo, também, a subjetividade de seu autor.

No trajeto, nem tudo eram flores: durante a marcha pela Serra da Mantiqueira, a “monotonia dos bosques” (MATOS, 2004, p. 29) frequentemente aborrecia Cunha Matos; e o “subir e descer morros de barro” (MATOS, 2004, p. 30), fazia-lhe perder a paciência. Vale observar que os comentários negativos quase sempre coincidiam com situações em que os caminhos eram muito acidentados, como no trajeto até o arraial de Carabandela: “A jornada de hoje apesar de ser curta foi aborrecida por ter uma monotonia quase constante. Uma áspera subida: um chapadão de 1 légua de comprimento, e um cerrado de ½ légua, tudo coberto de calhau miúdo que estraga os cascos dos animais.” (MATOS, 2004, p. 63).

Na parte do Itinerário relativa a Minas Gerais, as informações são agrupadas regionalmente de acordo com a paisagem geográfica, constituindo um dos primeiros esforços de sistematização da diversidade física, econômica e social dessa província. Seguindo o roteiro de Cunha Matos, identificamos, basicamente, três regiões: 1) a da serra da Mantiqueira, que compreende o trajeto desde o Rio de Janeiro até os campos contíguos à vila de Barbacena; 2) a do Campo das Vertentes, delimitada desde aquela vila até o rio São Francisco; 3) a do sertão, correspondente à marcha desde aquele até o rio Paranaíba.

Sobre a Serra da Mantiqueira, era ela o primeiro contato de um viajante com Minas, cenário significativo para todos aqueles que partiam do Rio de Janeiro em direção ao interior do Brasil. Imaginamos o quanto Cunha Matos se impressionou com essa formação geológica por meio das descrições que ele faz da paisagem no Itinerário:

Os morros atravessam-se em diferentes sentidos, ora formando largos vales em que serpenteiam águas cristalinas, ora deixando extensas gargantas e desfiladeiros, ora mostrando muralhas de argila talhadas a pique, em cujas encostas se acham caminhos tortuosos, por onde o homem e a besta carregada passam desviando-se da borda de alcantilado precipício (MATOS, 2004, p. 28).

Rica em detalhes, essa descrição sugere-nos que o ambiente da Serra da Mantiqueira fornecia verdadeiro “banquete aos olhos” dos viajantes, haja vista a profusão de cores e formas assumidas pelos elementos da natureza. Notemos, também, que a comoção do militar em relação à paisagem brasílica expressa-se na pintura de palavras, revelando incontinência das expressões de maravilhamento. Em suma, tudo

encantava Cunha Matos, que tinha seus sentidos arrebatados pela opulência e dramaticidade da paisagem nacional.⁴

Embora apreciasse o panorama do país recém-egresso dos “braços da natureza”, o militar reprovava o estado precário das vias de comunicação. Segundo ele:

Os caminhos abertos a machado em toda a extensa região da serra só merecem o nome de estradas no Brasil, há pouco saído dos braços da natureza. Alguns são de tal modo sombrios por causa das árvores de imensa altura de que estão bordados, que obstam completamente ao enxugo do terreno (MATOS, 2004, p. 28).

A partir da vila de Barbacena, o relevo aplaina-se e os padrões de vegetação começam a mudar. Cunha Matos estava adentrando o Campo das Vertentes, região que se estendia até as bordas do rio São Francisco:

Entrei hoje em vários capões do campo: o seu arvoredo é menos denso, alto e robusto do que o mato virgem da serra. Tem algumas malhadas feitas pelo gado vacum e cavalariço, que já pro aqui existe. Os capões não só se parecem com os oásis no deserto, ou ilhar do oceano, mas também os campos apresentam agora o aspecto de um vasto mar de sargaço, sendo as quebradas do terreno mui semelhantes às grandes vagas do oceano no tempo de calma. Tenho visto mui pouca agricultura, e até se sofre escassez de milho para a gente e gado. Observo que a água das fontes e torrentes destes campos é mais quente do que a dos rios e córregos da serra que estão protegidos da sombra das matas. (MATOS, 2004, p. 33).

Para descrever a região, o militar contrasta a paisagem dos campos com a das matas, estas recentemente deixadas para trás em sua jornada. Desse modo, se na Mantiqueira o panorama era um “mar de morros”, composto por matos virgens e arvoredos robustos, na região dos campos, via-se um “vasto mar de sargaço”, sendo os desníveis do terreno comparados às “grandes vagas do oceano no tempo de calma”. Nesse contexto, a metáfora náutica funciona como um recurso de apreciação estética da paisagem, além de conferir movimento à composição.

A agricultura é outro elemento que diferencia as regiões perpassadas pelo Itinerário. Enquanto nas fazendas, entre os rios Preto e Paraibuna, Cunha Matos havia visto plantações de milho, feijão, cana e café, nos campos ele se queixava de ter visto pouca atividade agrícola.

No entanto, a vegetação campestre não era de todo estéril: em outra passagem, o

⁴ No século XIX, a paisagem foi o repositório de forças, valores e sentimentos diversos a serem integrados ao patrimônio do Estado Nacional. Assim, exuberância, bucolismo, temor, harmonia, simplicidade, melancolia, heroísmo, ordem, tranquilidade, desafio, transcendência, mistério foram alguns dos sentidos assumidos pelas paisagens nacionais (MURARI, 2009, p. 42).

militar comenta sobre sua utilidade para as atividades econômicas da região: “Estes capões servem não só para se fazerem roçados, mas também neles se recolhe o gado no tempo do calor para se livrar do sol e da mutuca (moscardo) que o persegue” (MATOS, 2004, p. 31).

O contraste de paisagens, característico de Minas, não poderia ser mais evidente do que quando o Itinerário adentra o sertão que se estende do arraial de Bambuí até a fronteira com Goiás. Sobre essa região, Cunha Matos observa:

O terreno que fica entre o rio de São Francisco e o Paranaíba, a que vulgarmente se dá o nome de sertão ou deserto, apresenta tantos caracteres físicos, civis e políticos diferentes de outras porções de território das Minas Gerais, que quase se pode afirmar que não é o mesmo país, por não haverem os mesmos idênticos usos e costumes em várias circunstâncias da sociedade. (MATOS, 2004, p. 64).

Para Cunha Matos, a paisagem sertaneja era tão diferente da paisagem de outras regiões que nem parecia se tratar de uma única Minas Gerais. Notemos que o autor utiliza o termo “sertão” como sinônimo de deserto.⁵ Ademais, não existiam padrões de transição entre uma zona vegetacional e outra, ocorrendo gradações ora amenas, ora bruscas nos matizes da paisagem mineira. Assim, ao constatar a diversidade do território mineiro, a visão corográfica dava margens a questionamentos sobre a verossimilhança das imagens de unidade nacional.

A diversidade da paisagem humana e os diferentes níveis de civilização⁶ são outros aspectos salientados por Cunha Matos em sua trajetória pelo sertão de Minas Gerais. Segundo ele: “Os homens nesta parte do sertão apresentam um caráter mais grosseiro, menos civilização, mais preguiça, porém a mesma bondade natural dos moradores do resto da Província [...]”, e acrescenta: “A pobreza por aqui é maior e a falta de indústria muito sensível.” (MATOS, 2004, p. 65). Nesse sentido, o Itinerário era um catálogo de regiões, registro de uma paisagem indômita que urgia ser incorporada ao Estado nacional.

⁵ De modo geral, o termo “sertão” denotava áreas extensas de natureza indômita, sobre as quais havia pouca informação. Seu par antitético era litoral, faixa de terra junto ao mar, que também poderia significar espaço conhecido, delimitado, colonizado, em suma, espaço da civilização. Opostos complementares, essas são categoriais essenciais à compreensão da realidade brasileira (AMADO, 1995, p. 145-151).

⁶ Para Norbert Elias, a “civilização” expressa a consciência que o homem ocidental tem de si mesmo: “com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constituiu o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo, e muito mais” (ELIAS, 1990, p. 23). No Brasil, esse termo adquiriu significado especial, ligando-se ao ideal de transformação da natureza. Para os intelectuais do século XIX, a integração do Brasil ao conjunto das nações civilizadas somente aconteceria a partir da afirmação da originalidade do país, calcada na exuberância de sua natureza.

Ao finalizar seu trajeto pela província de Minas Gerais, na iminência de adentrar em território goiano, Cunha Matos ainda pinta um quadro geral da diversidade econômica que ele havia encontrado nos arraiais do sertão:

Cumpre-me observar neste lugar que dos quatro arraiais que tenho visto depois da minha entrada no sertão, a saber: Bambuí, São Pedro, Patrocínio e Carambandela, o primeiro, por ser filho da mineração está caindo em ruínas, e os outros três, por serem construções de agricultores, vão em aumento, e acham-se assentados em lugares altos e saudáveis (MATOS, 2004, p. 69).

Aqui fica clara a desagregação de uma imagem homogênea de Minas: em uma mesma região, poderiam conviver, a poucas léguas de distância uns dos outros, arraiais que, por serem “filhos da mineração”, estavam em franca decadência e núcleos urbanos florescentes cujo mérito era serem “construções de agricultores”. Segundo esse autor, a estagnação econômica não era generalizada, já que muitas povoações tinham suas bases produtivas em outras atividades que não na mineração aurífera. Assim, pelas experiências relatadas no Itinerário, percebemos os matizes econômicos, sociais e naturais de que se compunha o complexo território mineiro.

Corografia Histórica da Província de Minas Gerais: exercício de política e erudição

No comando das armas de Goiás, Cunha Matos conheceu profundamente o interior do Brasil, relacionando-se com membros das elites regionais e se inteirando dos projetos políticos e interesses econômicos deles. Em 1826, ele foi duplamente eleito deputado geral, por Goiás e Minas, tendo sido aceito pelo Parlamento como representante da primeira província. Em reconhecimento ao gesto do eleitorado mineiro, o militar dedicou-lhe a **Corografia Histórica da Província de Minas Gerais**:

Escrevendo e oferecendo-vos esta Corografia, satisfaço uma parte do tributo que devo ao povo mineiro, e trago-vos à memória os gloriosos feitos de vossos antepassados. Queiram os céus que homens mais instruídos e laboriosos se proponham acrescentar o muito que falta neste meu trabalho. E que os habitantes de Minas conheçam exatamente o que foram, o que são e o muito que podem vir a ser. (MATOS, 1981, p. 29).

Iniciada provavelmente em 1831, essa obra permaneceu manuscrita, sugerindo-nos que seu autor não a considerava pronta para o prelo. Talvez Cunha Matos almejasse aprimorar o texto ou desejasse que autores posteriores a ele o fizessem. Isso nos confirma outra característica de seu método: a permanente retificação de informações.

Na introdução, Cunha Matos expõe a necessidade de registrar as informações

coletadas durante expedições militares. Segundo ele: “O meu fim é não perder para sempre os materiais que me custaram muitas fadigas e muitos desvelos em coligir e ordenar.” (MATOS, 1981, p. 32). Essa finalidade está consoante com a política do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição que se pautava por coligir e sistematizar documentos para a escrita da história nacional.⁷

Embora seja uma continuidade do Itinerário, a **Corografia Histórica** se diferencia dele quanto à organização do conteúdo: se, na primeira obra, a distinção das regiões é feita com base na paisagem geográfica, identificando-se três padrões orográficos e vegetacionais, na segunda, o critério de representação são as divisões jurídico-políticas.

Essa escolha metodológica determina a forma como as informações são dispostas ao longo do texto: enquanto no Itinerário, a sequência narrativa segue um enredo, que é o trajeto de Cunha Matos pelo interior do país, na **Corografia Histórica** a descrição dos lugares é feita de forma semelhante a uma catalogação de dados, seguindo-se um formulário predeterminado:

No tocante às cidades, vilas e arraiais, a sua descrição deverá ser pelo modo seguinte: a) Está situada na latitude e longitude de; b) Em terreno (elevado, ou); c) Junto da margem (esquerda ou direita) do rio; d) Teve princípio no (dia, mês e ano), com o nome de, na fazenda de (ou lavra) de fulano; e) E recebeu título de (vila, cidade) por (decreto, alvará, resolução) de (dia, mês e ano); f) Consta atualmente (1831) de:, praças; ruas; casas habitadas; habitada por almas; casas desertas; casas em construção; templos, dos quais paroquiais; pontes (de pedra, ou de madeira); chafarizes; g) Existem escolas; h) Os ares são (saudáveis ou doentios) por razões de; i) Acha-se em estado (florescente, ou decadente) por motivo de; j) Fica a léguas, no rumo de, da capital da Província, e a léguas da cabeça da Comarca. (MATOS, 1981, p. 47).

Tais critérios são de três tipos: em primeiro lugar, informações geográficas, como latitude, longitude, tipo de terreno, fronteiras fluviais, além de distâncias em relação à Corte, à capital provincial e à cabeça da comarca. Em segundo, informações históricas, a saber: data de fundação, localização do arraial primevo, nome do fundador e titulação. Por fim, informações diversas que poderiam ser agrupadas sob a rubrica de “indicadores de progresso”: qualidade dos ares, estado de desenvolvimento, número de praças, ruas, casas, templos, pontes, chafarizes e escolas. É possível que esse roteiro

⁷ Cabe, também, lembrar que a Corografia Histórica foi escrita no contexto em que Cunha Matos dirigia dois importantes espaços da intelectualidade brasileira oitocentista: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) e o próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

metodológico tenha servido de parâmetro para outras corografias da época.

Vimos que a percepção da diversidade é um dos aspectos mais marcantes da obra de Cunha Matos. Na **Corografia Histórica**, a diversidade mineira manifesta-se em todos os âmbitos, desde o clima até o perfil moral de seus habitantes. Sobre esse primeiro tópico, o militar considera o clima “sumamente benigno à conservação animal e vegetal”:

As localidades, contudo, influem muito na natureza do clima de maneira que, enquanto em um terreno se experimenta grande frio, em outro pouco distante se sofre infinito calor. Isto procede da altura das terras, da direção das montanhas, das gargantas ou desfiladeiros que elas formam, da densidade das matas e da quantidade e qualidade das águas que regam ou se acham estagnadas nas terras. (MATOS, 1981, p. 47).

De acordo com Cunha Matos, o clima em Minas poderia variar de um grande frio a um infinito calor em apenas algumas léguas de distância. Ele já havia percebido isso à época do Itinerário, quando a diferença de temperatura entre os córregos da serra da Mantiqueira e as fontes e torrentes que corriam pelos campos chamou-lhe a atenção. Desse modo, as localidades constituíam-se úteis medidores para se saber qual o clima predominante em determinada região.

Desde seus primeiros contatos com os homens que povoavam o trajeto do Rio de Janeiro à província de Goiás, Cunha Matos vinha investindo na tentativa de definição do caráter mineiro. Na busca por um retrato fidedigno da diversidade, ele mapeia as virtudes e defeitos característicos desse povo:

O povo mineiro é quase, em geral honrado, honesto, pacífico, trabalhador, generoso, hospitaleiro, inclinado às ciências e artes liberais, e em extremo amante de sua pátria. Assim como em todos os países do universo, também se encontram pessoas de qualidades absolutamente opostas às precedentes, as quais são ferozes, vingativas, bandoleiras e inimigas do trabalho (MATOS, 1981, p. 82).

Nessa passagem, Cunha Matos utiliza-se do recurso de polarização das imagens para evidenciar que, se existiam pessoas honradas, honestas, pacíficas, trabalhadoras, generosas, hospitaleiras e patrióticas, também havia aquelas que eram ferozes, vingativas, bandoleiras e inimigas do trabalho. Assim, ao definir estereótipos regionais, a visão corográfica delineava traços do caráter nacional, perspectiva pela qual os mineiros eram pensados.

Tanta diversidade certamente era difícil de ser totalmente apreendida e categorizada. Embora tenha estruturado a **Corografia Histórica** de acordo com as

divisões jurídico-administrativas e eclesiásticas da província, Cunha Matos mostrava-se insatisfeito com a não correspondência entre esse traçado e as regiões geográficas de Minas. Segundo ele, a sobreposição de poderes e jurisdições atestava “[...] a necessidade de se fazer uma demarcação paroquial mais interessante aos povos da província do que aquela que atualmente se acha estabelecida pelo direito de antigas posses.” (MATOS, 1981, p. 116). A **Corografia Histórica** revela, portanto, o esforço de toda uma geração de políticos e intelectuais em conhecer o território brasileiro para melhor dividi-lo e administrá-lo.

Considerações finais

Neste artigo, tivemos a oportunidade de demonstrar que, no processo de formação da identidade brasileira, o olhar corográfico desenvolveu-se em concomitância com a ordem político administrativa do Estado nacional, caracterizada pela dicotomia entre forças centrífugas e de centralização. As corografias, assim, correspondiam a políticas de gestão do espaço e projetos de territorialização característicos do período imperial.

Hoje em dia pouco utilizado, o termo corografia foi bastante empregado no século XIX para designar obras que tinham como fundamento a descrição pormenorizada de um objeto espacial. A principal característica desses escritos era o compromisso deles com a descrição detalhada de uma região (GILLINGS, 2010, p. 53).

Complementarmente à perspectiva linear, a visão corográfica se desenvolveu de maneira a submeter o espaço ao domínio hegemônico do intelecto e da razão. Desse modo, a concepção de espaço expressa por Cunha Matos, homem da administração imperial, é a de uma unidade territorial objetiva, preconcebida por critérios naturais. Mais do que desígnios de Deus ou recortes da natureza, as regiões eram fruto da administração dos homens, os quais eram responsáveis pelo estado decadente ou florescente dessas áreas.

Ao tratar da importância do gênero corográfico para a escrita da história no século XIX, Kaori Kodama analisa a relação entre experiência e registro na obra de Cunha Matos. Segundo Kodama, “[...] é por intermédio do próprio ato de registrar que o seu vivido ganhava a forma de um conhecimento que podia ser coletivizado.” (KODAMA, 2008, p. 373-395).

Numa analogia às reflexões de François Hartog sobre os périplos gregos,

podemos dizer que Cunha Matos era aquele que via e que sabia porque via, indicando uma forma de se relacionar com o mundo na qual a visão era a principal ferramenta de conhecimento. Assim, “Ver, ver por si mesmo e saber ‘é uma só coisa’.” (HARTOG apud KODAMA, 2008, p. 381). A relação de complementaridade entre registro e experiência era, portanto, uma das diretrizes fundamentais do Itinerário, pois esse tipo de obra era um modelo de conhecimento que pressupunha locomoção no espaço.

Ao escrever a **Corografia Histórica da Província de Minas Gerais**, Cunha Matos conjugou, portanto, experiência de campo à pesquisa de documentos e autores consagrados. Cremos que essa obra tenha se tornado referência ao longo do século XIX, pois descreve com exatidão as redes de comunicação, além das divisões políticas e eclesiásticas de Minas Gerais. Provavelmente, o elogio do militar à hospitalidade e à polidez dos mineiros fez com que outros viajantes enxergassem aqueles habitantes da província como tal, contribuindo assim para a posterior construção do paradigma da mineiridade (ARRUDA, 1999, p. 32).

Se entre o Itinerário e a Corografia Histórica existem sutis diferenças no que diz respeito ao método de representação corográfica, elas se assemelham quanto ao seu significado para a história desse gênero textual: são obras seminais que lançaram as bases do conhecimento sobre o território nacional, combinando o projeto da unidade à perspectiva das diversidades regionais.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Nova questão política**: que vantagens resultarão aos reinos do Brasil e de Portugal se conservarem huma união sincera, pacífica e leal? Rio de Janeiro: Typ. do Diário, 1822.

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia Histórica da Província de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás**. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2004.

Fontes secundárias

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

ARRUDA, Maria Aparecida do Nascimento. **Mitologia da Mineiridade**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BARROS, José D'Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 460-476, jul./dez. 2006.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 107-132.

CHARTIER, Roger. O Mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.

CLAVAL, Paul. Orientar-se e reconhecer-se. Marcar, recortar, institucionalizar e apropriar-se do espaço. In: CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1999. p. 189-218.

COSGROVE, Denis. Prospect, perspective and the revolution of landscape idea. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 10, n. 1, p. 45-62, 1985.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. In: JANCÓS, Istvan (Org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2004.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador. Uma história dos costumes**. vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

GILLINGS, Mark. Chorography, Phenomenology and the Antiquarian Tradition. **Cambridge Archaeological Journal**, Cambridge, v. 21, n. 1, p. 53-63, 2010.

GODOY, Marcelo Magalhães. **Intrépidos viajantes e a construção do espaço**: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Cedeplar, 1996.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Andanças de um militar português pelos sertões do Brasil (1823-1826). In: MATOS, Raimundo José da Cunha. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás**. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2004. p. XI-XXIV.

KODAMA, Kaori. Itinerários, corografias e escritas da história: as viagens e os registros de Raimundo José da Cunha Matos no Império do Brasil. **Escritos II – Revista da Casa Ruy Barbosa**, Rio de Janeiro, Ano 2, n. 2, p. 373-395, 2008. Disponível em: <www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero02/FCRB_Escritos_2_17_Kaori_Kodama.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2015.

MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2009.

RAFFESTIN, Claude. Paysage et territorialité. **Cahiers de Géographie du Québec**, Québec, v. 21, n. 53-54, p. 123-134, 1977.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1985.

VIEIRA, Martha Victor. Cunha Matos: entre a pena e a espada. **Fênix Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 7, n. 1, p. 1-15, jan./fev. 2010.